

Aviso de Salvaguardas Procedimentais para os Pais e Responsáveis de Acordo com a Seção 504 da Lei de Reabilitação de 1973 • Lei de Proteção aos Americanos com Deficiência de 1990

Data: / /

1. O Distrito Escolar do Condado de Palm Beach (Distrito) cuidadosamente proporciona cada um dos direitos e salvaguardas Procedimentais de acordo com o prescrito na Seção 504 da Lei de Reabilitação de 1973 (Seção 504) e da Lei de Proteção aos Americanos com Deficiência de 1990, Título II (ADA), que são fornecidos a todos os indivíduos qualificados, dentro dessas leis, como tendo deficiência.
2. Os senhores têm o pleno direito de participar de todas as decisões educacionais sobre o seu filho(a) e de serem informados de todos os seus direitos, conforme a lei.
3. Estas salvaguardas procedimentais regem todos os litígios de acordo com a Seção 504 e a ADA, sobre identificação, avaliação ou colocação educacional de pessoas que por motivo de sua deficiência, necessitam, ou considera-se que necessitam de ensino especial ou serviços relacionados.
4. Informações adicionais sobre as salvaguardas procedimentais e direitos estabelecidos de acordo com a Seção 504 e a ADA, podem ser encontradas no *website* do Distrito: http://www.palmbeachschools.org/ese/documents/Sec_504.pdf.

Direitos Fundamentais

5. Que seu filho participe e seja beneficiado pelos programas de educação pública sem discriminação baseada na deficiência.
6. Receber aviso antecipado sobre qualquer decisão tomada pelo Distrito em relação à identificação, avaliação ou programação educacional para seu filho.
7. Que seu filho receba uma educação pública gratuita e apropriada. Isto significa que o Distrito deve fornecer ao seu filho, sem nenhum custo para os pais: "educação regular ou especial com assistência e serviços relacionados que: (i) sejam planejados para atender às necessidades educacionais individuais dos [alunos com deficiências] tão adequadamente quanto atendem as necessidades de pessoas [sem deficiências] e (ii) sejam baseadas no cumprimento dos procedimentos da [Seção 504]." 34 C.F.R. § 104.33(b)(1).
8. Que seu filho receba serviços educacionais em instalações comparáveis àquelas para alunos sem deficiências. Isto significa que o Distrito deve colocar seu filho na escola e sala de aula que ele frequentaria caso não tivesse deficiências. O seu filho não pode ser removido de uma turma de educação regular a menos que suas necessidades não possam ser atendidas no local, com uso de assistência e serviços suplementares.
9. Verificar os registros educacionais de seu filho de acordo com as leis federais e estaduais e o Regulamento do Conselho Escolar.
10. Que as decisões quanto às avaliações e programação educacional sejam tomadas com base em uma variedade de fontes de informações e por pessoas que conheçam seu filho e que tenham conhecimento de seus dados de avaliação e opções de colocação.
11. Que o seu filho tenha a mesma oportunidade, sem discriminação, de participar em todas as atividades não acadêmicas e extracurriculares promovidas pelo Distrito, para as quais a criança esteja qualificada.
12. Ter o transporte fornecido de ida e volta para um local de colocação alternativa (se o local da colocação for em um programa não administrado pelo Distrito) pelo mesmo valor que seria cobrado se o aluno estivesse em um programa administrado pelo Distrito.

Mediação

13. Os senhores têm o direito de solicitar uma mediação referente às decisões ou ações que dizem respeito à identificação, avaliação, programas educacionais ou colocação de seu filho. Nestes casos, um mediador imparcial tentará ajudar a encontrar uma resolução que seja aceita por ambas as partes. A mediação é totalmente opcional.

Processo de Registro de Queixas

14. O Distrito adotou procedimentos para queixas que incorporam os padrões de uma audiência imparcial sobre o devido processo possibilitando uma resolução justa e imediata para sua queixa. 34 C.F.R. § 104.7 (b).
15. Os senhores têm direito a uma audiência a respeito de todas as decisões ou ações tomadas em relação a identificação, avaliação, metas educacionais e colocação de seu filho.
16. O processo para registro de queixas no Distrito inclui o direito a: aviso antecipado sobre qualquer ação judicial; inspeção de arquivos; audiência imparcial sobre o devido processo (audiência); representação legal; procedimento de revisão. 34 C.F.R. § 104.36.
17. Além disso, o propósito do Regulamento 5.001 do Conselho Escolar, intitulado "Proteção aos Alunos contra Assédio e Discriminação", é de prevenir, investigar e tomar medidas imediatas, justas e apropriadas em relação às suspeitas de discriminações e assédios. Este regulamento estabelece um processo de queixas em várias etapas.

Audiência Imparcial

Data: ____ / ____ / ____

18. Os senhores deverão fazer o seu pedido de audiência por escrito ao Superintendente do Distrito, no seguinte endereço:

Superintendent
The School District of Palm Beach County
3318 Forest Hill Boulevard, Dept.C-316
West Palm Beach, FL 33406

19. Após o recebimento do seu pedido de audiência, o Distrito vai obter os serviços de um Juiz de Direito Administrativo (ALJ) da Divisão de Audiências Administrativas da Secretaria de Educação do Estado da Flórida.
20. O ALJ marcará a data da audiência e permitirá que os senhores e o Distrito apresentem provas. Em seguida, o ALJ apresentará uma decisão por escrito. Os senhores e seu filho poderão participar da audiência. Os senhores têm o direito de ser representados por um advogado.
21. A Divisão de Audiências Administrativas cumpre com as Normas de Procedimentos Unificados. Estas Normas podem ser acessadas no *website* da Divisão de Audiências Administrativas: http://japc.state.fl.us/publications/Uniform_Rules.pdf.
22. Após a decisão do ALJ, os senhores poderão solicitar uma revisão feita por todos os membros do Conselho Escolar. O Conselho Escolar não pode rejeitar ou modificar os fatos que levaram à decisão do ALJ, exceto se, o Conselho Escolar determinar que a decisão do ALJ não foi fundamentada nos fatos ou que os procedimentos nos quais basearam as decisões, não foram seguidos de acordo com os requisitos essenciais da lei.
23. Como alternativa, os senhores poderão solicitar que a decisão do ALJ seja reexaminada, registrando uma ação civil na Justiça Distrital dos Estados Unidos ou Justiça Estadual de jurisdição competente.

Secretaria de Direitos Civis

24. A Secretaria de Direitos Civis (OCR) é uma agência do Ministério da Educação dos Estados Unidos. A OCR impõe a Seção 504, a ADA e outras leis de direitos civis federais que proíbem a discriminação nos programas ou atividades que recebem auxílio de verbas federais. A Seção 504 e a ADA proíbem também represálias contra pessoas empenhadas em atividades que estejam sob a proteção destas respectivas leis.
25. Os senhores têm o direito de entrar em contato com a OCR, a respeito de uma queixa em qualquer ocasião. O processo para resolução de queixas adotado pela OCR é voluntário, independente e difere do seu direito de pedir uma audiência. 34 C.F.R. § 104.7 (b).
26. Para entrar em contato com a Secretaria da OCR em Atlanta que administra as reclamações no Estado da Flórida, escreva ou ligue para:
Chief Investigator
Office for Civil Rights, Atlanta Office
U.S. Department of Education 61
Forsyth St. S.W., Suite 19T70
Atlanta, GA 30303-8927
Telephone: 404-974-9406
27. Após averiguação da queixa pela OCR, a agência geralmente enviará uma Carta Decisória que demonstrará ou não a ocorrência de infração. Caso a OCR identifique uma infração, determinará o tipo de infração e especificará as ações corretivas apropriadas.
28. Caso decidam registrar uma queixa na OCR, deverão fazê-lo num período de 180 dias da data em que foi feita a acusação de discriminação. A OCR tem considerações restritas quanto à dispensa do requisito de 180 dias para o registro de queixa.

A pessoa no Distrito Escolar do Condado de Palm Beach responsável por assegurar de que o distrito cumpra com a ADA/504 é:

Especialista Regional da ADA/504 Kimberly Doyle

Telefone (561) 434-8817

Encarregado da ADA/504 na escola _____

Telefone _____